

A dívida externa e o momento político

Nosso correspondente em Washington, Antônio Pimenta Neves, transmitiu-nos ontem a inquietação dos banqueiros internacionais com o clima de transição política por que passa o Brasil. Receiam eles, por um lado, que as dificuldades com o Fundo Monetário Internacional tornem a acumular-se, se os compromissos assumidos por nosso governo não forem cumpridos, e, por outro, que a indefinição em torno da sucessão do presidente Figueiredo retarde o processo de renegociação da dívida externa, processo que até os credores julgam necessário reformar radicalmente.

Parece que, no Brasil, nenhum dos aspirantes à Presidência da República tem clara noção do problema. Os conceitos que emitem sobre o assunto revestem certo matiz demagógico, e todos eles reprovam o atual processo de negociação da dívida externa, sem todavia entender bem sua dinâmica própria. Ao combater as exigências do FMI, os candidatos parecem considerar que o País se encontra em situação excepcionalmente vantajosa e que pode abrir mão das receitas ortodoxas do organismo internacional.

Seria preciso convencê-los de que, graças às prescrições do FMI, países asoberbados por problemas muito semelhantes aos do Brasil estão conseguindo sair de situação difícil, conforme o lembrava, há dias, o diretor-gerente do organismo internacional, sr. Jacques de Larosière. Não é apenas o caso do México, país que não seria um bom exemplo, seja em razão de sua riqueza petrolífera, seja por suas condições geopolíticas, visto que sua extensa fronteira com os Estados Unidos lhe confere vantagens a que não podemos, no Brasil, aspirar. O exemplo da Índia parece-nos mais adequado, pois sua estrutura econômica é mais semelhante à nossa e porque, tendo negociado, bem antes do Brasil, um acordo com o FMI, se encontra hoje, antes de

cessar o acordo, em condições que lhe permitem renunciar à última parcela da ajuda oferecida pelo organismo internacional.

Não podemos invocar o argumento da excepcional condição de nosso país para pleitear isenção da política de ajuste econômico. Temos, antes, de reconhecer que, ao contrário dos outros países, o Brasil não consegue debelar a inflação — a culpa disto não podendo ser imputada, em nossa opinião, às receitas fornecidas pelo FMI...

Mais talvez do que a demagógica condenação do FMI, parece-nos errada, na formulação das críticas mais corriqueiras, a idéia de que o processo de renegociação da dívida externa nacional é imutável e deverá, fatalmente, arrastar o País a uma catástrofe. Não foi necessária a intervenção dos críticos patricios para que a comunidade financeira internacional reconhecesse que o caminho seguido atualmente conduz a um *impasse* e reiterasse que estamos apenas numa fase passageira, que conduz naturalmente a uma revisão profunda do atual sistema, que nem os credores querem ver perdurar. Com efeito, eles não se mostram dispostos a correr riscos maiores com o Brasil e estão conscientes de que a concessão de novos empréstimos, destinados ao pagamento de juros, não pode resolver o problema.

Nosso correspondente em Washington mostra que os credores estão dispostos a examinar novas soluções e tratam de estudar as implicações dessas soluções tanto com a legislação bancária dos países em que se localizam as matrizes dos bancos credores como com os sacrifícios que urge fazer para se chegar a uma solução racional.

Talvez a melhor apresentação do problema tenha sido a da palestra que pronunciou em 29 de dezembro, em São Francisco, o sr. Henry C. Wallich, economista dos mais respeitados nos Estados Unidos e membro

do *board* dos governadores do Sistema Federal de Reservas, o "banco central" dos Estados Unidos. Expôs ele as modificações por que vem passando a legislação bancária norte-americana por causa do problema criado pela dívida externa do Terceiro Mundo e, ao mesmo tempo, recomendou diversas medidas destinadas a aliviar o peso do serviço da dívida, incluindo algumas relativas à renegociação das taxas de juros. Por ser ele membro da diretoria do ortodoxo FED, pode-se considerar que um novo processo de renegociação tem já o apoio do "banco central" dos Estados Unidos.

A nosso ver, os pretendentes do Planalto deveriam inteirar-se da evolução real do problema e ter o cuidado de não dar a impressão de que o Brasil tenciona esquivar-se à política de ajustamento, à qual tiveram de submeter-se todos os países que se viram a braços com dificuldades análogas. Antes de profligar as exigências dos credores, teríamos de fazer, no Brasil, um exame de consciência honesto. Chegaríamos certamente à conclusão de que — sem que isto implicasse qualquer modificação em nosso relacionamento com o FMI — o País precisa definir sua política econômica por um prazo médio e sair deste casuismo que transborda do âmbito político. Não compete ao FMI reduzir a inflação nacional que está contribuindo para tornar mais aguda a recessão, mas a nós mesmos.

Não há dúvida de que será necessário decretar medidas incisivas para reduzir a inflação e que isso só será possível sobre a base de certo consenso, que exige participação maior de todos e que a direção do País esteja entregue a homens merecedores da confiança da Nação. Podemos entender, deste modo, o fato de nossos credores estrangeiros, às vésperas de uma mudança no processo de renegociação, se inquietarem com o presente quadro do processo sucessório.